

Brasília, 12 de Agosto de 2008

Pobreza cai: FGV e Ipea divergem sobre causas

Menos pobres e mais divergências

Autor(es): Liana Melo e Erica Ribeiro

O Globo - 06/08/2008

Ipea e Getulio Vargas chegam às mesmas conclusões mas enxergam causas diferentes

Pela primeira vez, a classe média brasileira representa 51,8% da população de 15 a 60 anos. Desde abril de 2002, são mais cinco milhões nessa condição, conclui Marcelo Neri, da FGV. Ele aponta o aumento do emprego como a principal causa. Outra pesquisa, do Ipea, mostra que aumentos reais do salário mínimo e políticas sociais reduziram em três milhões o total de pobres. Com os novos dados, a classe média brasileira ficou, proporcionalmente, do mesmo tamanho da americana, informa Merval Pereira.

Duas pesquisas divulgadas ontem - uma da Fundação Getulio Vargas e outra do Ipea - mostram que a classe média cresceu e o número de pobres encolheu no país entre 2002 e 2008. Mas as coincidências param aí. As conclusões para o fenômeno são diferentes. Marcelo Neri, da FGV, aponta a geração de emprego com carteira assinada como fator preponderante para que mais de metade da população tenha ascendido. Marcio Pochmann, do Ipea, fala em aumentos reais do mínimo e programas sociais. A classe média de Neri tem renda domiciliar de R\$1.064 a R\$4.591. São hoje 19 milhões de pessoas. Pochmann não quantifica essa fatia da população, mas calcula que três milhões terão deixado a pobreza até o fim deste ano.

Classe média já é 51,8% da população

O Brasil virou o país da classe média. Mais de metade dos brasileiros tem renda domiciliar entre R\$1.064 e R\$4.591 por mês. A classe C, como foi rotulado o meio da pirâmide social, que concentra 19,2 milhões de pessoas, respondia por 51,89% da População Economicamente Ativa (PEA) em abril. Há seis anos, na faixa entre 15 e 60 anos, eram 42,49%. Com a alta do emprego com carteira assinada, a classe média engordou, no período, em cinco milhões de pessoas. A pesquisa foi feita nas seis principais regiões metropolitanas.

O novo perfil sócio-econômico do país detectou ainda uma mobilidade social, que tirou dois milhões de pessoas da pobreza. A pesquisa "A Nova Classe Média" foi feita pelo economista Marcelo Neri, chefe do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV), do Rio. O levantamento usou a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) e informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad/2006), ambas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

- O ingrediente deste bolo com mais fermento para os pobres e, nos últimos anos, para a classe média, é a recuperação do mercado de trabalho - disse Neri, calculando que, nos últimos 12 meses, foram gerados 1,8 milhão de novos postos de trabalho.

Para ele, a pesquisa mostrou que a ampliação dessa classe média não está relacionada a programas sociais, como o Bolsa Família.

Especialistas criticam critério da pesquisa

Os economistas João Saboia, da UFRJ, e Hildete Pereira de Melo, da UFF, concordam que houve uma melhora na renda e no acesso ao crédito, mas discordam do recorte da pesquisa. Ambos ressaltam que a faixa de renda da classe C considerada no trabalho é ampla demais, o que acaba criando distorções. Além disso, foi usado o conceito de renda domiciliar, e não o per capita.

- Uma família com duas pessoas que ganha R\$4 mil tem uma situação diferente de quem ganha os mesmos R\$4 mil e tem seis, sete pessoas na família - diz Hildete.

Além de revelar a ascensão de uma nova classe média, o estudo apontou redução do número de pobres e pequena expansão entre os mais ricos. A fatia das classes D e E (que ganha até R\$1.064) caiu de 42,82% para 32,59% da população, entre abril de 2002 e 2008. A elite (acima de R\$4.591) cresceu de 12,99% para 15,52%.

Em São Paulo, a classe média já representa 54,68% da população. Belo Horizonte, Porto Alegre e Rio são as capitais com maior concentração de classe C: 53,90%, 53,67% e 52,42%, respectivamente.

Como definiu o Nobel de Economia Milton Friedman, a classe média é "aquela que tem um plano bem definido de ascensão social para o futuro". E nesses planos está incluído o consumo. A mineira Karine Pontes, que trocou Minas Gerais pelo Rio, realizou o sonho da casa própria, junto com o marido. Eles compraram um apartamento em Vila Isabel por R\$130 mil.

- A classe média está comprando de tudo um pouco, de computador a automóvel - comenta Neri, explicando que o ânimo consumista está sendo alimentado pelo aumento do emprego com carteira assinada.

O economista Paulo Mol, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), corrobora a análise de Neri, acrescentando que a indústria passou a ser um dos grandes protagonistas do mercado de trabalho. O movimento de expansão da economia criou um novo paradigma: se antes o problema era gerar emprego, hoje a preocupação é com a qualidade da mão-de-obra.

Apesar do apagão de mão-de-obra, a probabilidade de alguém pertencer à classe média e ascender para as camadas mais altas é maior do que há seis anos, disse Mol.

FGV: A pesquisa da FGV, coordenada pelo pesquisador Marcelo Neri, considera os dados de renda do trabalho da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, em seis regiões metropolitanas do país (São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre) e a

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) - esta última como parâmetro para estudo de fontes de renda. Pela pesquisa da FGV, no período de 2002 a 2008, é considerada classe média a parcela da população economicamente ativa cuja renda mensal domiciliar varia de R\$1.064 a R\$4.591. Já a classe A/B é aquela cuja faixa de renda mensal domiciliar começa em R\$4.591. Os mais pobres, ou seja, a classe E, têm renda que varia de zero a R\$758. Já a classe D, mostrada na pesquisa como os remediados, está na faixa de renda domiciliar mensal de R\$768 a R\$1.064. As informações se referem à situação das pessoas na faixa dos 15 aos 60 anos.

IPEA: A pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea (órgão vinculado ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República), também tomou como base a renda dos trabalhadores nas seis regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE na PME - onde mora um quarto da população brasileira, que responde por dois terços do Produto Interno Bruto (PIB). Mas, para auferir a redução da pobreza nessas metrópoles, o Instituto usou a renda domiciliar per capita - e não a renda domiciliar total, como na pesquisa da FGV - dos trabalhadores. Foram considerados miseráveis os brasileiros de famílias com renda per capita de até R\$103,75 em dezembro de 2008. Para os pobres, o recorte foi renda per capita de até R\$207,50. Já os ricos são aqueles com rendimento familiar (e não per capita) superior a R\$16.600 mensais.